



A INCLUSÃO DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ID IN VOCATIONAL EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW

ARTIGO

Francília Sousa Meneses¹

Instituto Federal do Piauí - IFPI

E-mail: franciameeneses096@gmail.com

Jalva Lília Rabelo de Sousa

Instituto Federal do Piauí - IFPI

E-mail: jalva@ifpi.edu.br

RESUMO:

Esta pesquisa apresenta uma revisão sistemática de artigos que abordam a inclusão de discentes com deficiência intelectual no âmbito da Educação Profissional, destacando publicações que indicam caminhos para boas práticas inclusivas. Dessa forma, a busca foi desenvolvida no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, visando responder quais aspectos têm sido priorizados e quais lacunas estão presentes nas pesquisas acerca da inclusão dos discentes com deficiência intelectual inclusos nos espaços formativos da Educação Profissional. Foram encontrados apenas seis artigos que tratam da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na Educação Profissional, e que foram escritos entre 2021 e 2024. Os artigos encontrados atingiram o objetivo principal da pesquisa, que era realizar uma revisão sistemática de artigos na área de Educação Especial Inclusiva que contemplasse a deficiência intelectual nos espaços da Educação Profissional. Esta revisão aponta questões significativas para os profissionais que atuam na área da Educação Profissional, além de ressaltar a importância do registro e da publicação de práticas educativas, pois elas contribuem para discussões, análises e proposições de ações inclusivas com bons resultados.

Palavras-Chave: Deficiência Intelectual; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Especial Inclusiva; Inclusão.

ABSTRACT:

This research presents a systematic review of articles that address the inclusion of students with intellectual disabilities in the context of Professional Education, highlighting publications that indicate paths for good inclusive practices. Thus, the search was developed in the Journals Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, aiming to answer which aspects have been prioritized and which gaps are present in research on the inclusion of students with intellectual disabilities included in the training spaces of Professional Education. Only six articles were found that deal with Special Education, from an inclusive perspective, in Professional Education, and that were written between 2021 and 2024. The articles found achieved the main objective of the research, which was to carry out a systematic review of articles in the area of Inclusive Special Education that contemplated intellectual disability in the spaces of Professional Education. This review points out significant issues for professionals working in the area of Professional Education, in addition to highlighting the importance of recording and publishing educational practices, as they contribute to discussions, analyses and proposals for inclusive actions with good results.

Keywords: Intellectual Disability; Professional and Technological Education; Inclusive Special Education; Inclusion.

Editor deste número:

Dr. João Batista Lopes da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso

e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência (PCD) é um dos temas contemporâneos que têm motivado intensas pesquisas, culminando na busca por soluções para enfrentar a exclusão. Nesse interim, compreende-se que a sociedade atual se posiciona diante das demandas de inclusão, reconhecendo e acentuando a importância de reflexões e iniciativas que combatam a exclusão e promovam a efetiva participação de todos, independentemente de sua raça, cor, gênero ou deficiência.

No campo educacional, as demandas sociais pela inclusão de pessoas com deficiência apontam para a criação de estratégias inclusivas, de forma que todos acessem a escola e, conseqüentemente, obtenham êxito em suas trajetórias acadêmicas, cabendo às instituições educativas respeitar as singularidades dos indivíduos que a acessam. Sendo a escola, nesta perspectiva, tanto mais inclusiva quanto mais capaz de incluir “todos” (Sánchez, 2005).

Nessa direção, considera-se pertinente a discussão e a produção acadêmica relacionada à educação inclusiva nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que estabelece as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, essa modalidade educacional é reconhecida como um importante meio de inclusão social e promoção da cidadania ativa.

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou responder às seguintes questões: Quais aspectos têm sido priorizados nessas pesquisas? Quais são as possíveis lacunas na área? O embasamento legal estipulado nos dispositivos legais para a PCD oportuniza a reflexão e, conseqüentemente, a ação frente à diversidade nos espaços de formação humana e profissional, favorecendo o processo de acolhimento e facilitando a permanência do discente público-alvo da Educação Especial (PAEE) em seus espaços.

Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, é enfática ao recomendar que existam professores de ensino médio ou superior com capacidade para realizar o atendimento especializado, bem como a integração de alunos com deficiência no ensino regular. Portanto, acredita-se que orientações pedagógicas direcionadas aos professores podem contribuir para a eficácia da inclusão e para a permanência dos alunos com deficiência intelectual (DI) (Brasil, 1996).

As demandas peculiares de discentes com deficiência intelectual ou quaisquer outras necessidades de educação especial devem ser fomentadas nos docentes e demais sujeitos que compõem as instituições educativas, com o intuito de atender a esse desafio proposto por uma educação mais inclusiva e embasada na diversidade, como é posto na Declaração de Salamanca, em 1994, que recomenda que os programas de estudo devem buscar atender a diversidade, a partir da oferta de opções curriculares condizentes com as necessidades dos discentes, como forma de garantir um processo de aprendizagem exitoso.

Nessa ótica, a LDB, mediante o artigo 58 determina que a educação do público atendido pela Educação Especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, e que deve assegurar o que está expresso no artigo 59, “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade [...]” (Brasil, 1996).

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, assegura a PCD atendimento escolar especializado mediante parceria da família, desde o ensino básico até a sua formação. Nesse viés, as instituições escolares precisam dispor de recursos que oportunizem uma educação inclusiva, de qualidade e com garantia de direitos (Brasil, 2013).

A necessidade de desenvolver a inclusão e a permanência de discentes com DI se alia às exigências de uma educação mais inclusiva, que está constantemente sendo discutida em eventos nacionais e internacionais. Assim, faz-se necessário criar ambientes acolhedores e ações inclusivas que dialoguem com as necessidades dos discentes com DI, sendo a EPT um campo eficaz para práticas na perspectiva inclusiva, visto que está envolta pela profissionalização e o acesso a tecnologias, que são elementos fundamentais para a disseminação de práticas com vertentes inclusivas.

Diante do exposto, evidencia-se a compreensão de que as instituições de EPT, que buscam a inclusão e o respeito ao diverso, devem oportunizar, de forma paralela à formação humana integral, a revisão dos processos de acessibilidade curricular, avaliação e adaptações que se julguem necessárias, como forma de garantir uma aprendizagem significativa, que oportunize aos indivíduos a transformação do espaço social em que estão inseridos. Porém, isso só é possível a partir da busca pela garantia de direitos, indo ao encontro do rompimento

com o histórico de segregação que as pessoas com deficiência sofreram ao longo do tempo no Brasil.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão sistemática integrativa para identificar os trabalhos sobre a Educação Especial de discentes com DI incluídos nos espaços da EPT. A pesquisa foi realizada em meio eletrônico e os dados coletados foram definidos com base no objeto de estudo deste trabalho. Esta revisão teve como propósito conhecer os estudos inerentes à temática, identificar quais aspectos têm sido priorizados nas pesquisas que envolvem a inclusão das pessoas com DI, bem como identificar as lacunas existentes na área da Educação Especial e Inclusiva nos espaços da EPT.

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, que possibilita a síntese descritiva de evidências sobre determinado tema, considerando a necessidade de selecionar e avaliar de maneira crítica os trabalhos desenvolvidos, possibilitando assim um olhar mais extenso sobre as diversas pesquisas avaliadas que foram publicadas (Medeiros, et.al., 2011).

Com a escolha da revisão narrativa, foi realizado um mapeamento de pesquisas que contribuíssem para uma compreensão abrangente acerca do processo de inclusão dos discentes com DI na EPT. Nessa direção, a fim de facilitar as buscas e identificar os descritores de assunto, foi formulada a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: quais os principais desafios vivenciados nos espaços da Educação Profissional na formação curricular no que tange o processo de ensino e aprendizagem dos discentes com DI?

Escolheu-se como base para levantamento de dados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por abranger as produções mais recentes na área do estudo. Justifica-se também a pesquisa nessa plataforma devido à credibilidade dos dados inseridos e por ser um importante meio de circulação de pesquisas dos principais estudiosos no campo da Educação Especial e pela atualidade e relevância dos trabalhos que nelas são divulgados.

Na pesquisa foi selecionado o filtro para as publicações desenvolvidas nos anos de 2021 a 2024, revisados por pares, dentro da área das Ciências Humanas. Nessa grande área, no campo em classificação, para refinar o levantamento, foram definidos os seguintes descritores: Educação Especial Inclusiva; Deficiência Intelectual; Educação Profissional. Além disso, refinou-se a busca por meio de alguns filtros, como ano das publicações, assunto e idioma, educação e português, respectivamente.

A investigação foi realizada entre os dias 26 e 30 de março de 2025, confabulando com a problemática da pesquisa e se encaixando nas exigências elencadas. Na pesquisa inicial, utilizando o descritor “educação inclusiva na Educação Profissional”, foram identificados 476 documentos. Deste universo, após aplicação dos filtros restaram apenas vinte e oito, sendo selecionadas duas publicações, as demais foram rejeitadas por não atenderem ao período selecionado e por não discutirem a temática em seus resumos.

Ao fazer uso do descritor “educação especial inclusiva” localizou-se inicialmente 519 documentos, após aplicação dos filtros restaram trinta e sete publicações para estudo e análise, sendo selecionado um trabalho apenas, os demais foram rejeitados devido ao quantitativo de trabalhos repetidos, as publicações não terem sido desenvolvidas em Língua Portuguesa e também pela falta de acesso ao texto completo.

Para afunilar o levantamento, empregou-se o descritor “educação inclusiva de estudantes com deficiência intelectual”. Neste, foi possível encontrar 47 artigos. Após a aplicação dos filtros (assunto, idioma) foram refinados para 35. Destes, 32 foram excluídos por não abordarem a inclusão dos discentes com DI nos espaços da EPT, foram descartados por não terem sido publicados no período entre 2021 a 2024, não continham as palavras pesquisadas em seu resumo e por não serem escritos em Língua Portuguesa, 1 publicação era repetida, sendo selecionados para leitura e análise apenas três. Desse modo, após a aplicação dos filtros tendo como base os três descritores utilizados foram excluídos 94 trabalhos, permanecendo 6 publicações incluídas na revisão narrativa. O Quadro 1 aponta o resumo dos artigos selecionados para compor este estudo.

Quadro 1 – Resumo do levantamento realizado no Portal de Periódicos da CAPES para compor o estudo

| Base de dados | Descritor | Quantidade de trabalhos encontrados | Quantidade de trabalhos repetidos | Quantidade de Trabalhos selecionados |
|-------------------------------|--|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Portal de Periódicos da CAPES | Educação inclusiva na Educação profissional | 476 | 6 | 2 |
| | Educação Especial Inclusiva | 519 | - | 1 |
| | Educação Inclusiva de Estudantes com Deficiência Intelectual | 47 | 1 | 3 |

Fonte: elaborado pelas autoras (março/2025).

Os artigos selecionados para o estudo podem ser consultados no quadro 2. Convém salientar que estes artigos foram tidos como base para a análise e discussão, assim como aporte para buscar as respostas acerca das questões que foram apresentadas no início do trabalho e que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 2- Lista de artigos selecionados para discussão na pesquisa

| Revista | Título do texto |
|--|---|
| Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas | A Educação Profissional dos Estudantes com Deficiência Intelectual: O que Dizem as Pesquisas Contemporâneas? Autoria: Eliane Teresinha Sousa e Vantoir Roberto Brancher. Ano de publicação: 2024 |
| Revista Educere et Educare | Acessibilidade para o estudante com deficiência intelectual no contexto da educação profissional tecnológica. Autoria: Thálita Juliana Boni de Mendonça, Patrícia Moralis Caramori e Carla Ariela Rios Vilaronga. Ano de publicação: 2022 |
| Revista Educação Especial | Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual: desafios e perspectivas. Autoria: Vania Salete Cassol Daga, Leonel Piovezana e Tania Mara Zancanaro Pieczkowski. Ano de publicação: 2020 |
| Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista | A Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais e a inclusão. Autoria: Wanessa Moreira de Oliveira e Cristina Maria Carvalho Delou. Ano de publicação: 2022 |
| Revista Caderno Pedagógico | A escola inclusiva e o estudante com deficiência intelectual segundo a teoria Histórico-cultural. Autoria: Bernardes <i>et al.</i> Ano de publicação: 2025. |
| Revista Brasileira de Educação Especial | Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior. Autoria: Guimarães <i>et al.</i> Ano de publicação: 2021 |

Fonte: elaborado pelas autoras (março/2025).

Ao delinear os critérios para inclusão dos trabalhos, foram considerados os seguintes aspectos: (1) artigos completos disponíveis na íntegra, (2) a conformidade com o recorte temporal de 2021 a 2024 e (3) a abordagem da inclusão dos discentes com DI nos espaços de formação da EPT. Estabeleceu-se também como critério de inclusão o nível de semelhança

com a temática estudada, observando-se o título, o resumo e as palavras-chave de cada publicação, sendo atendidos os critérios, selecionava-se o trabalho, fazia o download e o salvava em pasta específica no computador.

No entanto, ao estabelecer os critérios de exclusão, não foram aceitas as publicações com os seguintes aspectos: (1) trabalhos duplicados, (2) pesquisas indisponíveis integralmente nas plataformas de pesquisa, (3) estudos fora do recorte temporal mencionado e (4) trabalhos que não apresentassem conexão clara entre a inclusão dos discentes com DI nos espaços da EPT. Ressalva-se que para garantir a qualidade dos estudos acerca da temática, foram priorizados artigos com publicação em periódicos ou anais de eventos, submetidos à revisão por pares acadêmicos. Essa abordagem visa assegurar a consistência e relevância das contribuições selecionadas para a pesquisa em questão.

Pode-se observar que o número de pesquisas realizadas na área da Educação Especial, na perspectiva inclusiva dos discentes com DI, voltadas para a Educação Profissional é ainda incipiente, portanto, compreende-se que as mesmas merecem destaque e análise, de modo a avaliar como essas pesquisas que estão disponíveis podem auxiliar os professores em suas práticas. Por esse motivo, avaliando as tendências e métodos das pesquisas referentes à Educação Profissional na perspectiva inclusiva dos discentes com DI, analisaram-se os seis artigos encontrados de modo a descrever quais contribuições eles trazem para a inclusão dos discentes com DI nos espaços de formação da EPT.

3 DESENVOLVIMENTO

Por um longo período, as pessoas com deficiência (PCD) foram marginalizadas pela sociedade, sendo percebidas como incapazes ou doentes. No âmbito da EPT essas pessoas eram excluídas dos processos formativos para o mundo do trabalho e apenas as pessoas sem deficiência tinham acesso aos cursos profissionalizantes. As poucas iniciativas direcionadas a esse público tinham um caráter assistencialista e caritativo, o que, na maioria das vezes, resultava em seu isolamento, seja do convívio familiar, seja em instituições segregadas (Maior, 2015). Com a promulgação dos dispositivos legais que amparam o PAEE e os cenários passaram a se modificar.

Para tanto, faz-se necessário inicialmente à definição do conceito de DI e o seu entrelaçamento com o currículo. Sendo assim, é salutar que as instituições escolares ofereçam meios de acesso e, principalmente, de permanência e êxito para os discentes com DI partindo da proposta de integração curricular, ou seja, do ensino médio integrado ao ensino técnico, na perspectiva de promover uma formação humana significativa, que contemple as diversas áreas de vivência dos discentes com DI e não apenas uma formação que vise à empregabilidade, descontextualizada ou desprovida de significados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, é um documento que garante a todos os seres humanos, independentemente de sua raça, sexo, posição econômica, nascimento, origem, ou qualquer outra condição, os direitos à liberdade, à vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade.

Ainda em consonância com a conquista de direitos da PCD pode-se citar a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na década de 1990, que reforçou e ampliou os preceitos da ONU através da Declaração em Jomtien, Tailândia. No referido documento, a educação é reconhecida como um bem público cujo financiamento não depende exclusivamente de recursos estatais, sendo necessário o envolvimento e a alocação de recursos econômicos e humanos de outros setores da sociedade, o que impera afirmar que é através de uma educação de qualidade que a sociedade alcança o progresso, buscando um mundo com mais dignidade.

Tendo em vista a garantia dos direitos das PCD, especialmente aquelas com DI, público-alvo deste trabalho, foi promulgada a LDB, que trouxe mudanças significativas para o PAEE, destacando, em seu artigo 1º, que:

[...] a educação engloba os processos formativos que ocorrem na vida familiar, na convivência humana, no ambiente de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas expressões culturais (Brasil,

1996, art. 1).

Mediante essa visão ampla, observada pela LDB, compreende-se que a educação é um direito fundamental e necessário para a formação cidadã do PAEE. Contudo, para além de garantir o acesso à educação, é necessário que o Poder Público ofereça condições que garantam a permanência desse público nas instituições educativas.

É oportuno destacar que a EPT norteia a formação humana integral dos discentes, se articulando entre a inclusão social e o trabalho. Assim, entende-se que os estudos que contemplem o processo de formação das pessoas com deficiência são representações das inquietudes, enquanto um instrumento de luta por uma educação pública de qualidade, que tenha em seu bojo o respeito ao diverso e oportunize a todos, sobretudo as PCD o desenvolvimento de suas potencialidades, a formação plena para atuarem no mundo do trabalho e o direito à cidadania, a partir da concepção de que o trabalho forma a essência do homem, conforme aborda “o que o homem é, o é pelo trabalho” (Saviani, 2007, p. 154).

Nessa direção, as bases conceituais da EPT estão fundamentadas na concepção do trabalho enquanto princípio educativo, devendo ser compreendido como atividade criadora e transformadora, sendo a EPT a base para a formação humana integral de um indivíduo que seja capaz de compreender e intervir na sua realidade e no seu meio social.

A evolução no processo de inclusão da PCD, no que tange o ingresso nas escolas regulares é percebida a partir da garantia de direitos que oportunizem o acesso ao mundo do trabalho de forma mais inclusiva, por isso, é necessário à reflexão e o diálogo sobre o processo de inclusão desse público, como forma de tornar a educação especial e inclusiva uma realidade cada vez mais presente e personalizada, de modo que os estudantes PAEE sejam incluídos e tenham suas potencialidades reconhecidas e suas limitações respeitadas.

Outro importante marco para a trajetória da inclusão da PCD foi a Lei nº13. 146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esse dispositivo fornece a definição de deficiência, bem como fortalece os direitos que já existiam, aplicando-os de maneira abrangente a todo o sistema de ensino regular, com algumas considerações específicas para as instituições privadas (Vieira, 2019).

Admite-se, portanto, que existem muitos dispositivos legais que amparam a pessoa com deficiência, contudo, de acordo com Azevedo, Fernandes e Rossi (2021), apenas os instrumentos não são suficientes para eliminar as barreiras impostas a este público. Faz-se necessário o aprofundamento e disseminação de práticas que, de fato, viabilizem as experiências de inclusão na educação e no trabalho para as PCD, oportunizando uma formação ampla, que atenda às suas necessidades.

Compreende-se que, o processo significativo de inclusão do PAEE no mundo do trabalho, deve ser oportunizado pelas instituições escolares mediante um Projeto Político Pedagógico e um currículo que preze pela adaptação e flexibilidade a partir do entendimento de que a diversidade é uma realidade existente nos espaços educativos. Dessa maneira, o projeto pedagógico das instituições educativas que leva em consideração a diversidade deve estar adequado às condições dos discentes com DI, de modo a favorecer seu progresso escolar.

Nessa direção, La Fuente (2012) enfatiza que a construção de um currículo acessível caminha em direção a aspectos político-pedagógicos cujo mote seja a inclusão, a partir do trabalho com as potencialidades dos discentes com deficiência, visando desenvolver suas habilidades como qualquer outro aluno em sala de aula. O currículo, por sua vez, deve proporcionar que os discentes com deficiência tenham acesso ao ensino, à cultura, ao exercício da cidadania e à inserção social produtiva (Brasil, 2013).

Em face do exposto, o currículo pode ser compreendido como um conjunto de conteúdos selecionados e organizados para serem ensinados na escola, incluindo habilidades e valores que os discentes precisam desenvolver, devendo refletir os valores e a cultura de uma sociedade, uma vez que a partir de sua proposição há a garantia da equidade nas oportunidades de aprendizagem para estudantes com deficiência e a efetiva promoção do processo de aprendizagem de todos os discentes. O currículo possui um papel fundamental na educação, pois é ele que define o que os alunos devem aprender (Saviani, 2007).

A “flexibilidade curricular” foi introduzida no texto da Declaração de Salamanca, que pode ser citada como uma conquista para a educação inclusiva das pessoas com deficiência,

por recomendar a formação de professores direcionados para a educação especial, bem como elenca várias particularidades da educação inclusiva que se relacionam ao acolhimento das pessoas com deficiência nos espaços educativos, ampliando a necessidade de a educação ser um direito de todos e dever do Estado, se estendendo a todos os alunos que enfrentam situações de exclusão escolar, seja por motivo de sua deficiência ou não.

Partindo da compreensão do currículo enquanto um elemento dinâmico e democrático, Mantoan (2015) aponta que para universalizar o acesso de todos os alunos e democratizar a educação, faz-se necessária a reorganização das escolas, sendo necessárias as adaptações curriculares que pensem em metodologias e processos avaliativos do ponto de vista da diferença e da heterogeneidade. Assim, a trajetória da educação inclusiva e da EPT são construídas mediante a concepção da humanização, sendo a EPT uma ferramenta que promulga a inclusão econômica e social, capaz de assegurar aos discentes com DI oportunidades de capacitação e crescimento profissional.

Diante dos estudos desenvolvidos, compreendeu-se que a década de 1990 foi marcada por mudanças extremamente importantes para o processo de inclusão de discentes com deficiência, a partir da promulgação de dispositivos legais que amparam e resguardam seus direitos. Neste sentido, as legislações dispõem de ações para que ocorra a educação inclusiva, com vista à importância da acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual. No entanto, é necessário que haja a sensibilização e o respeito aos direitos das PCD para que assim se alcance uma sociedade justa e que considere sua diversidade enquanto beleza e não exclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos analisados trouxeram como aporte contribuições significativas no que tange o processo de inclusão dos discentes com DI inseridos nos espaços de formação humana da EPT. Ao discutir sobre a acessibilidade para os discentes com DI no contexto da EPT, Vilaronga, Caramori e Mendonça (2022), apontam a necessidade de planejamento das ações e estratégias a serem executadas com os discentes com DI, ressaltando que é necessário definir os papéis dos profissionais atuantes na EPT, como forma de unir parceria em um processo de inclusão que deve ocorrer de forma coletiva.

Na perspectiva desses autores, cabe as instituições de formação profissional a criação do Plano de Ensino Individualizado (PEI), como forma de atender as demandas dos discentes com DI, a partir da junção da equipe de profissionais que atuam com esse público, não sendo incumbência apenas do professor da disciplina, do professor da educação especial, nem apenas do núcleo gestor. Fica evidenciado neste estudo que o processo de inclusão dos discentes com DI deve ser promovido à luz de um planejamento desenvolvido de forma coletiva e que oportunize aos discentes o desenvolvimento de suas potencialidades.

O estudo apontou como principal dificuldade de inclusão efetiva dos discentes com DI a ausência de formações voltadas para a inclusão desses sujeitos, bem como a escassez de informação acerca do que de fato é o PEI e como e por quem deve ser desenvolvido nas instituições educativas.

O trabalho desenvolvido por Sousa e Brancher (2024), ao abordarem as pesquisas contemporâneas sobre a educação profissional dos discentes com DI, apontam que as pesquisas específicas sobre o objeto deste estudo são reduzidas, sendo o espaço temporal delimitado entre 2018 e 2022, apontando uma notável escassez de resultados. Todavia, as publicações encontradas levaram ao entendimento de que garantir o acesso nas instituições de formação da EPT devem levar em consideração o estabelecimento de orientações curriculares que contemplem os discentes com DI em plenitude.

Os resultados desse estudo também revelaram que a construção de ambientes inclusivos nos espaços de formação da EPT, propiciam a autonomia social dos estudantes com DI, mediante a adaptação das atividades desenvolvidas às suas necessidades individuais, a fim de contemplar um processo formativo relevante para a inserção desses discentes no mundo do trabalho.

Os resultados encontrados na pesquisa de Bernardes *et al.* (2024) evidenciam que a escola inclusiva, fundamentada na perspectiva da teoria Histórico-Cultural de Vigotski (2001), compreende o processo de inclusão de discentes com DI como uma possibilidade real e necessária. Tal processo deve ser efetivado de modo a garantir que esses estudantes

alcancem aprendizagens significativas, por meio de interações educacionais e sociais intencionalmente promovidas nos diferentes espaços formativos.

Os autores também revelam que a escola inclusiva precisa promover oportunidades para além de uma aprendizagem sistemática e formal, apontam ainda, que no processo de inclusão dos discentes com DI os sujeitos que estão à frente ainda enfrentam muitos desafios, visto que os marcos legais não conseguiram atingir plenamente algumas instituições educativas por não fazerem relação entre a necessidade e a importância dos dispositivos legais voltados para os direitos da PCD.

Portanto, reitera-se que os discentes com DI devem ser incluídos para além da matrícula, cabendo às instituições educativas a eliminação das barreiras a serem transpostas, efetivando uma educação de qualidade para todos. Contudo, entre os desafios citados acerca do processo de inclusão desse público, encontra-se a ausência de recursos tecnológicos que sejam capazes de colaborar com o processo de aprendizagem dos discentes com DI.

A pesquisa de Daga, Piovezana, Pieczkowski (2020), ao estabelecerem a importância de adaptações curriculares para os discentes com DI, pontuam que a realização dessas adaptações são essenciais para abarcar o atendimento das necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes com DI inclusos no ensino regular, desencadeando mudanças pertinentes nas ações pedagógicas.

De acordo com os autores, o docente enquanto sujeito responsável pelo planejamento e organização das atividades, deve estabelecer afinidade com os estudantes e a escola por sua vez, deve envolver e valorizar os avanços e conquistas diárias dos discentes com DI a partir das adaptações curriculares. Todavia, cita-se como obstáculo a falta de compreensão acerca da importância de adaptar um currículo a fim de que este contemple as diversidades presentes nas instituições educativas.

Guimarães, Borges, Petten (2021), direcionaram sua pesquisa para a trajetória dos discentes com deficiência a luz das políticas de educação inclusiva da Educação Básica ao Ensino Superior, tendo a educação inclusiva enquanto a disponibilidade de recursos que garantam a qualidade do ensino e os avanços na aprendizagem, oriundas das adaptações de espaços e atitudes, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o PEI, como ferramentas que auxiliam na redução das barreiras escolares. Dentre os desafios apontados no processo de inclusão dos discentes com DI, destaca-se a ausência de formações continuadas voltadas para a temática nos espaços da EPT.

Os resultados dessas pesquisas revelaram que embora existam políticas públicas, recursos e suportes para a inclusão dos discentes com DI, ainda assim há uma grande limitação no processo de inclusão do PAEE. Ao refletir sobre a chegada da PCD ao Ensino Superior, aponta-se o reflexo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, (PNEEPEI), promulgada em 2008, proporcionando um delineamento mais aprofundado da integração da educação especial no contexto do ensino regular, também foi associada à Lei de Cotas, enquanto política de ação afirmativa que proporciona aos discentes PAEE a chegada ao Ensino Superior.

O trabalho de Oliveira e Delou (2022) se encaminhou no sentido de debater sobre o processo de inclusão desenvolvido nos Institutos Federais, nos espaços da EPT, ao abordarem que inicialmente a constituição da EPT no Brasil esteve permeada por perspectivas excludentes, que acentuaram as desigualdades sociais e a dualidade de classes, apontando que atualmente as propostas do ensino médio integrado ao ensino técnico-profissional se amparam na perspectiva de formação integral dos sujeitos, considerando o exercício da cidadania no e para o trabalho, mediante uma perspectiva inclusiva, amparada nos direitos humanos e reconhecimento da diversidade.

Os resultados do estudo realizado pelos autores acima revelaram que o processo de inclusão da PCD no âmbito da EPT não é de fácil implementação, tendo em vista a sociedade classista brasileira, que ainda é marcada pela desigualdade social, que adentra aos espaços educativos, carecendo de interesses e movimentos políticos que influenciam os rumos das instituições. Os autores também destacam avanços e retrocessos da EPT, relacionando-os à educação inclusiva, sendo a reforma do ensino médio apontada como uma armadilha que possui como intenção a abolição das tentativas de superação da dicotomia e exclusão educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou desenvolver a análise das produções acadêmicas acerca da educação inclusiva do discente com DI incluso na educação profissional e tecnológica no período de 2021 a 2024 e responder às questões que foram postas inicialmente. Neste sentido, os resultados apontaram que as publicações concentradas na área da EPT ainda são incipientes, no que tange o processo de inclusão desse público, confirmando o que se acreditava no início desse trabalho, revelando assim as lacunas a serem posteriormente pesquisadas.

Ao fazer a leitura completa dos artigos, percebeu-se que os mesmos abordaram questões importantes sobre a inclusão na EPT, que podem auxiliar os docentes na reflexão crítica sobre sua prática pedagógica, bem como no seu processo de formação e desenvolvimento no trabalho com a escolarização dos discentes com DI. Nestas pesquisas se evidenciou o processo histórico de exclusão vivenciado pelos discentes com DI, apontando que a inclusão da PCD na EPT ainda está no início e que muito ainda tem a ser feito para que se alcance uma educação inclusiva plena.

Adicionalmente, destaca-se que esta revisão sistemática avaliou os trabalhos dentro dos critérios de seleção e exclusão, que abordaram assuntos relativos às pessoas com DI inseridas nos espaços da EPT. Destes textos, três trataram da Educação Profissional Técnica de nível médio e trouxeram importantes reflexões, estas podem auxiliar todos os profissionais envolvidos na Educação Especial na perspectiva inclusiva dentro da Educação Profissional, no que tange a acessibilidade e as adaptações curriculares necessárias partindo da perspectiva Histórico-Cultural, conforme aponta Vigotski (1998).

Foi possível perceber com essa revisão sistemática a importância da formação continuada dos sujeitos que trabalham com a inclusão. Também ficaram evidenciados os múltiplos fatores que estão envolvidos em um processo de educação especial, como a adaptação dos materiais de acordo com a necessidade dos discentes com DI, bem como as metodologias e os processos avaliativos, associados ao acolhimento desse público nas instituições educativas. As publicações valorizam a necessidade de parceria e compartilhamento entre os docentes e demais sujeitos que trabalham com a inclusão de discentes com DI.

Além disso, verificou-se a carência de recursos destinados para a educação especial na modalidade da EPT. A pesquisa ainda conseguiu deflagrar que muitos dos profissionais que lidam com o processo formativo dos discentes com DI apresentam pouca ou nenhuma formação específica voltadas para a educação especial, o que dificulta as práticas inclusivas e o bom acolhimento desse público nas instituições da EPT.

Entretanto, os achados encontrados neste estudo também apontam muitos avanços no que se refere ao processo de inclusão dos discentes com DI na EPT, sinalizando a necessidade de avançar em políticas públicas e programas direcionados para a efetiva inclusão dos discentes com DI. Face ao exposto, destaca-se a importância de políticas públicas que atenuem as fragilidades do processo de inclusão dos discentes com DI nas instituições de ensino que ofertam a EPT. Dessa maneira, sugere-se que pesquisas semelhantes a essa possam ser ampliadas com o propósito de contribuir para o preenchimento de lacunas deste estudo, como forma de apontar possíveis soluções para as problemáticas encontradas.

Os apanhados também demonstram que é necessária a reflexão continua dos profissionais da EPT frente à inclusão dos discentes com DI, em uma perspectiva de mudanças em relação a esse público, para que sejam reconhecidos como sujeitos com potencialidades e possibilidades de aprendizagem, e não mais como incapazes por conta de seu diagnóstico.

A partir da análise dos estudos, percebe-se que a inclusão dos discentes com DI no ambiente escolar ocorrem de maneira significativa por meio de recursos tecnológicos, uso de jogos, utilização de metodologias ativas e instrumentos avaliativos que oportunizem a autonomia dos discentes com DI, associadas ao mundo social em que estão inseridos e consequentemente, estimulam o sentimento de pertencimento frente às atividades escolares propostas, especialmente quando essas atividades consideram as necessidades individuais dos sujeitos, passando a fazer sentido para eles.

Foi constatado que o principal desafio vivenciado nos espaços da EPT no que se refere ao processo de ensino dos discentes com DI é a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados para esse público, bem como o baixo investimento em capacitação dos docentes, uma vez que as pesquisas apontaram que ainda é alto o percentual de profissionais que possuem discentes com DI e que não possuem formação inicial, tampouco continuada voltadas

para o trabalho com esse público.

Posto isso, elenca-se alguns aspectos relevantes para abordagens que podem ser realizadas em estudos futuros e que priorizam a temática da educação inclusiva dos discentes com DI, podendo ser aprofundadas como forma de contribuir com a inserção desse público nos espaços da EPT, a saber: adaptações curriculares e pedagógicas, formação continuada dos profissionais das instituições de EPT com relação ao processo de inclusão de discentes com deficiência, uso de tecnologias assistivas para desenvolvimento de aulas, avaliação com viés inclusivo para os discentes com DI.

É oportuno enfatizar que este estudo não esgotou todas as possibilidades de investigação nessa área, uma vez que fez-se necessário o desenvolvimento de vários recortes para a obtenção dos resultados, contudo, trouxe reflexões necessárias para a inclusão educacional dos discentes com DI, proporcionando a reflexão crítica acerca dos desafios que ainda devem ser enfrentados como forma de garantir espaços pedagógicos mais inclusivos, onde prevaleça o respeito, a solidariedade e a empatia como forma de colaborar com a permanência e o êxito dos discentes com DI, sendo primordial para a inserção no mundo do trabalho e para a convivência no meio social.

Desta forma, como contribuição aos profissionais da EPT, acredita-se que estes têm muito a ganhar investindo-se em formação de equipe, criação de espaços de diálogo, abertura para escuta dos estudantes PCD e suas famílias, bem como, desenvolvendo estratégias de avaliação continuada, criando recursos metodológicos específicos para cada sujeito envolvido.

Além disso, sugere-se, a partir desta pesquisa, que sejam produzidos registros dos processos e práticas desenvolvidas nos espaços da EPT, para que outros profissionais possam beneficiar-se e venham a contribuir no que tange os processos metodológicos e avaliação dos discentes com DI ao refletir sobre uma formação educativa que esteja pautada na qualidade, possibilitando assim o aperfeiçoamento dos profissionais que estão envolvidos na inclusão desse público.

Por fim, percebeu-se, mediante a revisão aqui apresentada que o nível de pesquisas acerca da inclusão de discentes com DI dentro da Educação Profissional ainda é considerado baixo ao se levar em consideração o período considerado nesta pesquisa. Diante disso, o presente trabalho coloca-se a serviço da inclusão dos discentes com DI ao considerar que mesmo diante dos dispositivos legais e avanços na área da inclusão ainda há muito o que se conquistar no que diz respeito ao acesso dos discentes com DI à educação de qualidade e ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. de; ROSSI,.; FERNANDES, . A. F.. Trabalho e Educação: instrumentos de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. **REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDEUCA**, [S. l.], v. 13, n. 29, p. 136–158, 2021. DOI: 10.58422/repesq. 2021.e1039. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1039>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BERNARDES, A. M. de O.; ROCHA, I. M. R.; KRAUSE, M. P. B.; PITANGA, C. V.; MELONIO, P. A. C.; LIMA, D. G. P.; SANTOS, S. R. C. dos; MARTINS, A. P. de A. A escola inclusiva e o estudante com deficiência intelectual segundo a teoria Histórico-cultural. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. e13315, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n1-116. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/13315>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº9. 394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf.1996. Acesso em: 04 nov. 2022.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/legislacao/diretrizes-curriculares-nacionais-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº13. 146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAGA, V. S. C.; PIOVEZANA, L.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual: desafios e perspectivas. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 33, p. e78/1–24, 2020. DOI: 10.5902/1984686X55382. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/55382>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUIMARÃES, M. C. A.; BORGES, A. A. P.; PETTEN, A. M. V. N. V.. Trajetórias de Alunos com Deficiência e as Políticas de Educação Inclusiva: da Educação Básica ao Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0059, 2021.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>. https://www.deficienciavisual.pt/txt-Historia_conceito_tipos_def.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

MENDONÇA, T. J. B. de; CARAMORI, P. M.; VILARONGA, C. A. R. Acessibilidade para o estudante com deficiência intelectual no contexto da Educação Profissional Tecnológica. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 27–51, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48075/educare.v17i43.28656>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/28656>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LA FUENTE, Adriano Rodrigues de Souza. **O trabalho de campo em geografia: múltiplas dimensões espaciais e a escolarização de pessoas surdas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Instituição de Ensino) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia Biblioteca Depositária, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/225061?show=full>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MEDEIROS, M. de L. *et al.* Administração e Políticas Públicas em Educação: uma revisão sistemática da produção do EnANPAD e do EnAPG de 1997 a 2009. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 61-87, maio/ago., 2011.

MOREIRA DE OLIVEIRA, Wanessa; CARVALHO DE LOU, Cristina Maria. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OS INSTITUTOS FEDERAIS E A INCLUSÃO. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 04–25, 2022. DOI: [10.36524/profept.v6i2.1622](https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1622). Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1622>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no**

século XXI. In: *Inclusão - Revista da Educação Especial*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 29 março 2025.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SOUSA, Eliane Teresinha; BRANCHER, Vantoir Roberto. A Educação Profissional dos Estudantes com Deficiência Intelectual: O que Dizem as Pesquisas Contemporâneas?. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 267–276, 2024. DOI: 10.17921/2447-8733.2024v25n2p267-276. Disponível em: <https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/10136>. Acesso em: 30 mar. 2025.

UNESCO; MEC-Espanha. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE.1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

VIEIRA, Vivacqua Fernanda. Direito fundamental à educação inclusiva. *Revista Interdisciplinar Pensamento Científico*, v. 5, n. 3, 30 dez. 2019. Disponível em: <http://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/315>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VYGOTSKY, L. S. (1998). *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas: v. II. Madri: Visor, 2001.

i Sobre os autores:

Francília Sousa Meneses (<https://orcid.org/0000-0001-9606-1139>)

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela UAB/Pólo IFPI - Campus Pedro II (2020); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Habilitação em Docência do Ensino Superior (ISEPRO-2019); Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Instituto de Educação São Judas Tadeu (2019). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI-2016). Atuou como professora em sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) no C.E.M. Professor Omar de Andrade Rezende, Piripiri- PI (2019). Atuou como professora auxiliar de crianças com necessidades educativas específicas no C.E.M. Antônio Ferreira Neto, Piripiri- PI (2017-2019). Foi professora no C.E.M. Carolina Freitas Lira, Piripiri -PI (2018-2020), nesta mesma instituição também foi Coordenadora Pedagógica (2020). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência- PIBID (2014-2017) pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Piripiri.

Jalva Lília Rabelo de Sousa (<https://orcid.org/0000-0003-1586-1981>)

Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (2017). Atualmente é avaliadora de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Parnaíba. É coordenadora local e docente do mestrado PROFEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Marketing e Estratégia, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão pública, marketing, turismo, empreendedorismo e avaliação institucional.

Como citar este artigo:

MENESES, Francília Sousa; SOUSA, Jalva Lília Rabelo de. A inclusão de discentes com deficiência intelectual na educação profissional: uma revisão sistemática. *Revista Educação Cultura e Sociedade*. vol. 15, n. 2, p. 40-52, 33ª Edição, 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV –
DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES –
GOOGLE SCHOLAR